

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Daniele Lopes Oliveira³

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães⁴

Resumo: o trabalho buscou discutir os desafios e possibilidades da internacionalização do ensino superior Brasileiro. Partindo do pressuposto que a Constituição Federal de 1988 configura em suas finalidades precípua a educação como direito de todos. E em outras leis busca dar sustentáculo a esse projeto, emancipatório de quarta geração, que tem na educação uma finalidade social de cooperação às nações carentes e que coloca o direito a vida acima dos benefícios comerciais e que tem finalidade meramente lucrativa. Como caminho metodológico dessa discussão, optou-se por adotar uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o intuito de investigar esse processo por meio da compilação de informações a fim de produzir um material que pode ser fonte para futuros estudos. Realizou-se, segundo os postulados do método bibliográfico, um levantamento teórico acerca da internacionalização do ensino superior no contexto brasileiro, além das tendências para o ensino superior no mundo.

Palavras-chave: Educação Superior. Internacionalização. Qualidade. Legislação, Políticas Públicas.

Abstract: the work sought to discuss the challenges and possibilities of the internationalization of Brazilian higher education. Assuming that the Federal Constitution of 1988 configures education as the right of all in its primary purposes. And in other laws it seeks to give sustenance to this emancipatory project of the fourth generation, which has in education a social purpose of cooperation to the nations in need and which places the right to life above commercial benefits and which has a purely lucrative purpose. As a methodological path of this discussion, we chose to adopt a qualitative research, with the purpose of investigating this process through the compilation of information in order to produce a material that may be the source for future studies. According to the postulates of the bibliographic method, a theoretical survey was carried out on the internationalization of higher education in the Brazilian context, in addition to the trends for higher education in the world.

Keywords: Higher Education. Internationalization. Quality. Legislation, Public Policies.

³ Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

⁴ Doutor em Educação pela PUC Goiás - linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Estágio Pós-Doutoral em Educação pela UNIFAL-MG. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Pós-Graduado em Docência Superior pela FGF. Pós-Graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UGF. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Atualmente atua na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como Diretor da Escola do Futuro do Estado de Goiás, unidade Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia/GO. No âmbito da Educação Superior atualmente é Diretor Acadêmico, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Piracanjuba.

INTRODUÇÃO

Em tempos passados a educação era regionalizada e partia de pressupostos locais e necessidades subjetivas. Mas nos últimos anos com a nova expansão das fronteiras da comunicação. A transmissão de valores culturais, sociais e econômicos, rompeu a antiga barreira e em meados do século XX, os precários meios de comunicação, não atendem mais a nova realidade consolidada com a globalização, em que se ampliaram as facilidades de informação.

A chamada indústria cultural, termo, cunhado por sociólogos no início do século XX, demonstram que a comunicação é capaz de gerar, controlar e criar os padrões de comportamento e os costumes e valores estéticos da sociedade de consumo. Concebendo uma homogeneização das culturas, isto é, a padronização e a criação de necessidades artificiais, fazendo sucumbir os valores locais e tradicionais. Nesse sentido, muitos acusam o processo de globalização de ser um sistema perverso, uma vez que ele não se democratiza inteiramente e só atinge os setores economicamente dominantes do mundo e das sociedades. Por outro lado, à medida que os sistemas de comunicação, informação e transporte vão elevando a sua capacidade de disseminação, observa-se também a possibilidade dos costumes e valores locais se interporem aos elementos globais. Isso ocorre a partir do momento em que comunidades tradicionais ou culturas regionais conseguem disseminar e divulgar para além de suas fronteiras as suas características. Para Lipovetsky (2004, p. 17) “é preciso ver nisso as considerações de novos referenciais de novas finalidades e não uma simples dialética social, mas uma confrontação entre o status existente”. O autor analisa a época atual, ao que ele chama de sociedade hipermoderna que no seu entendimento é fruto do hiperconsumo, um consumo que absorve e integra parcelas cada vez maiores da vida social. A Hipermodernidade é o correlato de “uma sociedade liberal caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes, se foi, aos princípios estruturantes da modernidade” (LIPOVETSKY, 2004, p. 25-26).

Apesar do advento da internet e da possibilidade de expressão por parte de um grande contingente de pessoas, reside algumas formas de pensamento e ideias socialmente dominantes que se sobrepõem às demais, através do uso preferencial sobre os elementos midiáticos, a exemplo do que ocorre com filmes e seriados, geralmente mantidos sob um padrão e influenciando os estereótipos comportamentais. Mas antes de tirarmos uma conclusão definitiva sobre os elementos culturais e suas transformações na mundialização das sociedades, é necessário estarmos sempre atentos aos eventos e informações, sempre com a preocupação de compreender e assimilar os fatores modernos da sociedade, sem negar ou justapor os valores tradicionais dela constitutivos.

POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Na educação essa mudança não é só perceptível, como é inegável. E é preciso compreender que estas transformações fazem parte da formação do aluno e possuem correspondência direta com a sua atuação profissional. O processo de internacionalização tem ganhado centralidade. Principalmente em relação aos debates sobre a qualidade das instituições de Ensino Superior, tonando-se um elemento indispensável ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar as instituições e sua atuação por meio de intercâmbio de professores e estudantes. Outro fator relevante em relação à internacionalização é a ação integradora nas dimensões interculturais em atividades próprias do ensino superior que são as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse processo configura-se, cada vez mais, como uma forma de induzir a qualidade, razão pela qual, precisa ser estimulada por políticas públicas e institucionais para a sua efetiva consolidação. Partindo dessa premissa é possível investigar os desafios e as possibilidades da internacionalização do ensino utilizando-se dos indicadores de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pelas Portarias nº 1.382 e 1.383, ambas de 31 de outubro de 2017, retificadas pelo D.O.U. Nº 219, de 14 de novembro de 2017. No âmbito do SINAES, o indicador relativo à internacionalização faz parte do eixo de avaliação do Desenvolvimento Institucional das Instituições de Ensino Superior (IES). A reflexão considera, por um lado, a complexidade que envolve o conceito de internacionalização associado à educação superior e as estratégias adotadas. A internacionalização demanda a formulação e avaliação de metas sintonizadas, dentre outros, articuladas às diferentes formas de participação no processo.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017), o processo de internacionalização das IES brasileiras avançou nos últimos anos, mas são necessários ajustes para torná-lo mais eficiente. Essa é uma das conclusões apresentadas pelo relatório A internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES, elaborado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De acordo com o estudo, existe no Brasil uma tendência à internacionalização passiva (mobilidade de docentes e discentes para o exterior), com baixas taxas de atração de profissionais internacionais. Isso ocorre apesar de as IES já apresentarem a atração de professores estrangeiros entre as prioridades do processo de internacionalização.

A forma como o conhecimento adquirido no exterior vem sendo difundido e aproveitado nas instituições brasileiras também pode se desenvolver, pois apenas parte das instituições afirmou incluir os profissionais qualificados no exterior em seus programas de pós-graduação (PPG). Para realizar o diagnóstico da atual situação de internacionalização das IES brasileiras, a CAPES (2017) enviou um questionário a 430 (quatrocentas e trinta) instituições com programas de pós-graduação *stricto sensu*. Cerca de 74% (setenta e quatro por cento) das instituições responderam ao

questionário, que foi estruturado tendo como base dois pontos principais: situação atual de internacionalização da instituição e o projeto de internacionalização.

A análise dos dados coletados sugere que as IES no Brasil podem ser divididas em dois grupos distintos, de acordo com o estágio de internacionalização alcançado. O primeiro grupo contém o maior número de instituições, mas o menor número de PPG por IES, assim como os menores índices de internacionalização (menor número de bolsas, acordos ou projetos). Já o segundo grupo, formado por um número reduzido de IES, possui o maior número de cursos de pós-graduação, de bolsas, projetos e acordos de cooperação internacional. As IES mencionaram acordos com diferentes países, citando como prioritários os pertencentes à América do Norte e Europa. Já em relação à modalidade de fomento, o maior número de bolsas individuais foi de doutorado sanduíche no exterior.

Quando questionadas sobre qual seria a modalidade ideal de fomento em um futuro programa, as IES elencaram o pós-doutorado para docentes como prioridade. Essa informação indica uma mudança de estratégia por parte das IES. A partir dos resultados da pesquisa, a CAPES pretende lançar uma iniciativa de fomento à internacionalização fundamentada na realidade das IES brasileiras. Esse novo programa deve ampliar a autonomia das instituições, permitindo que as IES definam seu plano estratégico de internacionalização. O relatório propõe que o novo formato de programa permita à IES definir parceiros nacionais e internacionais e apresentar suas próprias propostas de internacionalização. As instituições também devem fornecer condições que contribuam com a construção de um ambiente internacional no cotidiano da universidade. Isso inclui infraestrutura física e administrativa, uso de idiomas, projetos para receber estudantes e pesquisadores estrangeiros, treinamento de equipes e apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país.

Por meio das portarias MEC/SESu nº 11, de 28 de abril de 2003 (BRASIL, 2003a) e nº 19, de 27 de maio de 2003 (BRASIL, 2003b), deu-se início à geração do SINAES com a realização de estudos pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA). A partir da ação dessa Comissão, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), instituiu esse sistema avaliativo. Como sistema nacional, o SINAES foi estruturado tomando como referência uma tríade de componentes, que constitui seu principal objetivo: avaliação das instituições (interna e externa), dos cursos e do desempenho dos estudantes, buscando a articulação e integração desses mesmos componentes (art. 1º). Em decorrência do seu objetivo mais amplo, o SINAES tem como finalidades: a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e; a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Na atualidade, o SINAES figura como a principal ferramenta de avaliação da educação superior do país e requer em sua efetivação a integração de instâncias e atores responsáveis pelos processos e ações que o configuram como tal. A visão formativa da avaliação proposta é expressa no documento que institucionaliza o SINAES (2009), nos termos a seguir. Entre os objetivos da avaliação contam-se o de conhecer as fortalezas e os problemas da instituição...“não basta levantar as deficiências”. É também muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes da IES. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as causalidades, explicitar as possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada (p. 105).

Por possuir um caráter dinâmico e estar em constante construção, o SINAES tem incorporado novos indicadores, com vistas ao processo avaliativo a que se propõe realizar, como, por exemplo, o Índice Geral de Cursos (IGC), criado pela Portaria Normativa do MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008). Na prática, esse índice pretende expressar, em um único número, a média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) de todos os cursos da graduação somando-se às notas do mestrado e doutorado de determinada IES. O art. 3º da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004), estabelece dez dimensões que devem ser consideradas para a autoavaliação da IES, processo este previsto no PDI e que é substrato dos relatórios produzidos pela CPA e do próprio relato institucional.

Dez anos após a publicação dessa lei, a Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014 (BRASIL, 2014), agrupou as dez dimensões da avaliação institucional em cinco eixos. Por sua vez, a Nota Técnica nº 14/2014 (INEP, 2014), de 7 de fevereiro de 2014, trata do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES e esclarece que o “agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação” (p.3).

Desse ponto de vista, a função da avaliação está diretamente relacionada à busca da qualidade, conceito que envolve grande polissemia, especialmente quando relacionado ao cenário atual da educação superior, em nível mundial e nacional (WORTHEN, SANDERS e FITZPATRICK, 2004, p. 35). Ademais, a ausência de consenso quanto ao conceito de qualidade na literatura especializada contribui, sobremaneira, para que a definição desse termo seja revestida de grande complexidade. O fato é que o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de Educação Superior de quem o emite o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de Educação Superior de quem o emite (BERTOLIN, 2007, p. 155-156).

O fato é que a ausência de clareza conceitual do que seja qualidade também para o poder público pode prestar-se a múltiplas interpretações por parte das IES. Além disso, é preciso lembrar que a zona de interseção entre os números da escala

de conceitos de qualidade, conforme o instrumental de avaliação do INEP é, em determinado sentido, fluido. Paralelamente à necessidade da compreensão mais objetiva do sentido de qualidade é preciso refletir sobre o alcance da avaliação em uma perspectiva formativa. Isto porque a reflexão conjugada desses dois conceitos pode gerar alternativas que contribuam para clarear a polissemia que envolve o conceito de qualidade, especialmente quando o relacionamos ao cenário da educação superior. Sousa (2009), defende a necessidade da permanente atualização do conceito de qualidade, notadamente quando aplicado à educação, como “fator essencial para que se compreenda, de forma mais contextualizada e crítica, o seu percurso histórico-social e como ele se deixa construir” (p. 244).

Com efeito, não há na literatura especializada um consenso sobre o conceito de qualidade. Entretanto, há treze anos, o Brasil conta com uma política pública de avaliação da educação superior (SINAES) que visa promover a qualidade desse nível educacional no país, seja estimulando a cultura da autoavaliação, seja fomentando ações de regulação.

A Lei nº 10.861/2004 explicita em seu art. 1º, § 1º a intenção primeira dessa política avaliativa: O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004). Depreende-se que a melhoria da qualidade está no cerne da finalidade do SINAES como política pública de avaliação da educação superior, pautando constantemente os discursos políticos e técnicos de diferentes segmentos sociais.

Quanto pressupostos teórico-metodológicos, curriculares, pedagógicos, administrativos e materiais norteadores das atividades da IES. Subjaz à proposta desse sistema a ideia de que a avaliação institucional representa, por um lado, a oportunidade do conhecimento da realidade da IES com a indicação das suas potencialidades e fragilidades e, por outro, uma forma de prestação de contas à sociedade. Ao conjugar essas duas possibilidades, é importante que ela se mostre alinhada ao paradigma da avaliação sistêmica (DIAS SOBRINHO, 2010; PEIXOTO, 2011). No âmbito da avaliação institucional situa-se a autoavaliação, processo que se configura como uma oportunidade para a IES construir uma compreensão mais abrangente e global de sua realidade, nas várias dimensões do trabalho que realiza. Enfim, partilhando do pressuposto segundo o qual “o uso da autoavaliação não é opcional: é, sim, matriz” (CUNHA, 2005, p. 212).

O novo instrumento de avaliação instituído pelas Portarias n.º 1.382 e 1.383, ambas de 31 de outubro de 2017, retificadas pelo D.O.U. N.º 219, de 14 de novembro de 2017, tornou o instrumento ainda mais subjetivo e em apenas dois itens avalia a

internacionalização. O indicador 1.12, Apoio aos discentes na Dimensão 1- Organização Didático-Pedagógica atribui nota 4 e 5 (que são notas qualificadoras) no quesito se: “A previsão de apoio ao discente contempla ações de... participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais” E “...participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, e ações inovadoras”. Deixando claro que esses quesitos afirmam expressamente que são uma qualificadora, uma questão de excelência, para o ranking das melhores universidades.

Na dimensão 3 - Infra-Estrutura, o indicador 3.13, que versa sobre os Biotérios. É de fundamental importância para alcançar nota mínima que: “O biotério atenda às necessidades práticas do ensino, possuindo insumos necessários à demanda docente e discente e apresentando protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes”.

Desse ponto de vista, a finalidade precípua da autoavaliação é produzir resultados para o autoconhecimento os quais também sejam indicativos aos seus trabalhos, além de visar tomadas de decisão internas. Em consequência, no âmbito da política de avaliação instituída pelo SINAES, cada IES assume a responsabilidade pela busca de seu contínuo aperfeiçoamento. Nesse sentido, um aspecto central é a questão do que é entendido por qualidade, que deve ser debatida de maneira associada ao “desempenho global da educação superior e das IES e na avaliação do ensino de graduação e de pós-graduação” (MOROSINI, 2001, p. 13). A internacionalização corresponde ao “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário” (KNIGHT, 2003, p. 2). Nessa perspectiva, pode se manifestar de diferentes formas, como promovendo a mobilidade física dos indivíduos, a cooperação acadêmica de pesquisadores, professores e estudantes, bem como a parceria transnacional entre IES de diferentes partes do mundo, envolvendo múltiplos atores. Na educação superior a internacionalização equivale, portanto, a um movimento de grande abertura dos países às relações sociais externas visando à ampliação de competências diversas. Concretamente, ela pode se manifestar pelo crescente aumento da movimentação transnacional de pesquisadores, estudantes e professores. O conhecimento mútuo gerado por esse movimento acontece em contextos igualmente diversificados: social, educacional, cultural, político, geográfico, econômico e linguístico, dentre outros. A internacionalização está provando ser uma ferramenta útil para ajudar as instituições a fixar pontos de referência e sair com soluções inovadoras em relação à gerência, à academia e à investigação. Esta segue sendo outra forma em que a internacionalização pode ajudar a fortalecer a qualidade das instituições de educação superior e as funções primordiais do ensino, da aprendizagem e do serviço (KNIGHT, 2005, p. 20).

ASPECTOS HISTÓRICOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Do ponto de vista histórico, a internacionalização é um fenômeno existente desde os primórdios das instituições de ensino superior. Analisando desde o início do uso, desse termo, o objetivo explícito da internacionalização durante a Idade Média é bem semelhante ao atual: adquirir conhecimento. O berço das *universitas*, a Europa, foi onde a interação entre elas começou e se estabeleceu. Com a proximidade geográfica como um fator importante, as *universitas* enviavam e recebiam professores e estudantes que buscavam novos conhecimentos, experiências diferentes e prestígio diante da comunidade (CHARLE e VERGER, 1996). Vale ressaltar que no contexto apresentado apenas os grupos de elite tinham acesso a esse sistema educacional.

Para Laus (2012), isso mudou com a Revolução Industrial, quando o conhecimento passou a ser importante no processo produtivo, e a educação começou a ser mais incentivada para que os trabalhadores pudessem produzir mais. Desde então, serem detentor e produtor de conhecimento passou a ser algo almejado pelas economias mais fortes e pelas elites. Iniciou-se, então, uma universalização. Considerando o contexto de fome, guerras civis e problemas climáticos que se desenvolveu posteriormente, a internacionalização do ensino possui um papel ainda mais significativo na sociedade global. Severino (2007, p. 22), apresentou três objetivos do ensino superior nos dias atuais como sendo: formação de profissionais das diferentes áreas aplicadas, mediante o ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas; formação de pesquisadores, disponibilizando conteúdo e orientando quanto aos métodos adequados e formação do cidadão, guiando-o para o conhecimento do seu papel na sociedade em termos históricos, pessoais e sociais. Sobre este objetivo, ele destaca que se deve levar o aluno a entender sua inserção não só em sua sociedade concreta, mas também no seio da própria humanidade. Como finalidade maior da universidade, o mesmo autor afirma que é contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade.

Em 1997, o jornal *The Economist* constatou que “agora, a educação superior se tornou um negócio de massa. Nos dezessete países da OCDE, a proporção daqueles entre 18 e 21 anos na educação superior subiu de 14,4% em 1985 para 24% em 1995”. Além disso, dados da OCDE (2008) apontam que 40 bilhões de dólares foram gerados em torno apenas da mobilidade estudantil; e o número de alunos estrangeiros cursando ensino superior em países centrais passou de 100,8 milhões no ano de 2000 para 152,5 milhões em 2007 (UNESCO, 2009). Essas informações desenham um cenário marcado por um “mercado internacional para os serviços de educação superior e pesquisa acadêmica, facilitados pela massificação dos transportes e comunicação pela crescente migração de pessoas e pelo aumento do financiamento e oferta privada de educação superior” (LAUS, 2012, p. 57). Diante disso, entende-se que a mobilidade estudantil passou a ser vista como um investimento econômico, ou seja, que esse cenário de globalização e capitalismo juntamente com outros fatores.

Atualmente, as economias mais avançadas se fundamentam na maior disponibilidade de conhecimento. A vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas. Esta centralidade faz do conhecimento um pilar da riqueza e do

poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo meramente como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada (BERNHEIM e CHAUI, 2008, p. 7).

A Internacionalização foi a base do ensino superior brasileiro, uma vez que escolas de nível superior foram criadas com a vinda da família real portuguesa, em 1808. A fim de garantir diploma e prestígio para os nobres, que se formaram profissionais liberais prontos para explorar um amplo mercado. Ademais, as afortunadas famílias que viviam no Brasil enviavam seus familiares para estudar em universidades europeias, pois não existiam IES. A criação tardia dessas instituições é própria de países colonizados, pois, processo que se deu de forma diferente nas colônias espanholas, mesmo as situadas nas Américas (como o México, cuja primeira universidade foi criada em 1551). As três primeiras universidades foram criadas na primeira década do século XX e logo foram fechadas, sendo que as pioneiras remanescentes foram criadas pelos presidentes da época, nos anos 20, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais, há menos de cem anos, mostrando o quão jovens são as universidades brasileiras (MARTINS, 2002; MENDONÇA, 2005; SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Sobre a compreensão do desenvolvimento do sistema educacional, Laus (2012, p. 37), relata a maior influência externa foi à norte-americana, iniciado pelo investimento do país na expansão do capitalismo desde o “Projeto Truman” até o “Plano Marshall”, que perdurou dos anos 1940 até 1970. Esse cenário culminou com o sistema político de ditadura militar, marcado pela abertura econômica e pela exposição do país para o mundo, fazendo com que tudo fosse influenciado pelos países mais fortes da época: economia, política, educação, saúde, segurança, etc. Nesse contexto, foram promulgados os seguintes documentos legais que regulamentavam o ensino superior: Decreto-Lei n.º 53, de novembro de 1966, e Decreto-Lei n.º 252, de fevereiro de 1967.

Por meio desses dispositivos, a educação superior poderia ser vista como um produto passível de ser comercializado sob a forma de “serviços educativos”, e isso levou ao início das discussões relacionadas a uma abertura educacional, com um cunho muito mais econômico que educativo. Esses documentos deram início a uma série de ações que culminaram em um acontecimento histórico que sedimentou a base da internacionalização do ensino superior brasileiro: a Reforma Universitária de 1968. Laus explica que ela veio como resposta à necessidade de profissionalização da população, às ambições do governo e às tendências internacionais: Nesse sentido, a ênfase na profissionalização presente na legislação que norteou a educação nacional a partir dessa época refletiria a necessidade de preparação de profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho e dando suporte ao governo militar de 1964. Nesse contexto, foi então sugerida ao país, pelos documentos elaborados pelos especialistas contratados, uma reforma universitária. É se insere uma discussão sobre que modelo de desenvolvimento se estava implementando com tais políticas e sobre toda uma evolução que iria ocorrer na negociação dos acordos de cooperação acadêmica e técnico-científica estabelecida pelo país (LAUS, 2012, p. 39). Promovida pelo MEC e apresentando, claramente, inspiração no modelo universitário norte-

americano, a proposta baseava-se “em princípios de economia e produtividade bem próprios da mentalidade empresarial” (ROMANELLI, 1998, p. 127), propondo a redução de custos, a otimização de recursos humanos e materiais, bem como de espaços físicos.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 veio com a missão de garantir e universalizar progressivamente os direitos fundamentais. De forma geral, este trecho da Carta estabelece a educação como um direito; disciplina os princípios do ensino; lista os deveres do Estado e as competências de cada instância; traz as condições para o oferecimento do ensino pela iniciativa privada; menciona a questão dos conteúdos mínimos; explicita a aplicação de recursos proveniente de tributos; explana sobre a “destinação de recursos a outras instituições de ensino; e menciona a existência de um plano nacional de educação e os objetivos que o norteiam”. Com a Carta Magna de 1988, o processo de internacionalização passa a ser visto como uma estratégia com ênfase sócio inclusiva pelas IES, em que, no mundo, as ações da UNESCO buscavam minimizar o viés economicista, afirmando que a educação deveria ser trabalhada como uma estratégia de desenvolvimento social, por meio do suporte do Estado (UNESCO, 1998).

Apesar dessa nova ênfase induzida pela lei e pelas tentativas das agências internacionais focadas no social, outros órgãos internacionais insistiram na perspectiva econômica, influenciando o sistema brasileiro. (LAUS, 2012, p. 50-51). Esse fenômeno foi facilitado pelo “Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços” (GATS), assinado por diversos países e proposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. O Acordo almejou a liberar aos poucos a prestação de serviços em geral (como educação e saúde), a fim de fomentar a exploração e a participação estrangeiras desses serviços. Em 1999, esse acordo passou a afetar a educação superior e a mobilidade estudantil: Pelo Acordo, a educação superior, vista como um produto passível de ser comercializada sob a forma de serviços educativos... o acordo previa a mobilidade e oferta no exterior de programas e de estabelecimentos de ensino, em quatro modalidades. Essas seriam: “fornecimento de educação superior transfronteiriça”, por exemplo, a Educação à Distância (LAUS, 2012, p. 50-51). Foi, então, através do GATS que se desenvolveu a internacionalização do ensino no Brasil. Vale destacar que os impactos disso foram além da mobilidade. Nesse mesmo período, foi externalizada, por parte da CAPES “a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e das pesquisas dela decorrentes desenvolvidas pelas Instituições Públicas” (LAUS, 2012, p. 84); assim começou o fomento das atividades internacionais de docentes e pesquisadores.

Com o tempo, programas pequenos e específicos das instituições foram sendo desenvolvidos pelas IES sem um significativo apoio direto do governo. Isso gerou uma autonomia nas instituições e as mesmas se viram responsáveis pelo desenvolvimento de uma gestão universitária sólida e preparada para essa nova realidade. Diante da trajetória histórica apresentada, as universidades brasileiras, principalmente as públicas, precisaram adequar sua gestão para acompanharem sua posição estratégica no mercado. Para Trigueiro (1999), a própria universidade comporta seus maiores desafios administrativos, “as práticas obsoletas, a dificuldade

em se adequar a um novo contexto de relações sociais em um mundo economicamente complexo, caracterizando um conservadorismo persistente”. Han e Zhong (2015, p. 939), relatam que “com a rápida internacionalização e o desenvolvimento recente da economia do conhecimento, universidades estão agora enfrentando uma concorrência acirrada ao redor do globo e uma maior *accountability* à sociedade”. Este segundo fenômeno se mostra ainda mais evidente nas instituições públicas brasileiras, pois são mantidas por recursos públicos e seus serviços são disponibilizados gratuitamente para a sociedade, o que requer ainda mais responsividade por parte dos agentes da gestão universitária. Para as instituições privadas, o primeiro fenômeno é mais significativo e requer estratégias para o posicionamento das mesmas.

Miura (2006), sintetiza dois tipos de ações de internacionalização que são comuns às instituições públicas e privadas: as parcerias internacionais, que são “acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores” (p. 72); e as ações relacionadas ao ensino.

Dentre as ações que se pode mencionar, tem-se: publicação de trabalhos em periódicos estrangeiros ou em língua estrangeira ou inglesa; co-tutela para dupla titulação e/ou complementação da formação de origem (estágios de ensino/pesquisa e programas particionados sanduiche); oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão em língua estrangeira; participar de eventos técnico-científicos no exterior; organizar edições de eventos internacionais no Brasil; programa de capacitação de funcionários nas universidades para atendimento ao público estrangeiro; criar e manter um órgão de relações internacionais; divulgar informações institucionais na internet em língua estrangeira; entre outros.

Diante desse cenário complexo e desafiador, entendeu-se que seria fundamental criar organizações que promovessem a integração e a capacitação dos gestores. Para tanto, foi criada em 1988 a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI, 2016). Essa instituição reúne mais de 180 (cento e oitenta) gestores e responsáveis por assuntos internacionais na educação superior, almejando o “aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, pesquisa, extensão e da administração das instituições filiadas”, além de “divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais”. Com a FAUBAI (2016), foram desenvolvidos debates e estudos, os quais são importantes para orientar discussões e guiar avaliações. Primeiramente, é importante compreender a diferença entre “mobilidade *out*”, acadêmicos da IES brasileira em universidades estrangeiras e “mobilidade *in*” acadêmicos de universidades estrangeiras na IES brasileira. Com relação aos responsáveis pelos processos de mobilidade acadêmica, se divide em dois grupos: atores internos e externos. Os internos são os que atuam na instituição e são responsáveis por suas políticas e ações.

Os agentes que promovem as ações e proporcionam as experiências internacionais fazem parte da equipe administrativa, ou seja, são os gestores que atuam na área. Já os que participam de tais experiências como professores, alunos e

pesquisadores constituem a equipe acadêmica. Outros aspectos norteadores precisam ser trabalhados. Começando pelos compromissos da gestão universitária das IES brasileiras, Ribeiro (2014), analisou 27 (vinte e sete) estatutos e constatou que as universidades propõem as seguintes ações: incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema; colaborando com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços, com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores éticos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região; prestando serviços à comunidade por meio de programas e projetos sociais e realização de cursos, eventos e campanhas públicas que envolvam, sempre que possível, as parcerias com outras instituições e/ou movimentos sociais organizados; promovem a integração cultural na perspectiva da pluralidade dos povos e integração internacional; mantendo a universidade aberta à participação da população, mediante amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade; congregando professores, cientistas, técnicos e artistas, assegurando-lhes os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento ao cultivo das artes e às suas aplicações a serviço da sociedade (RIBEIRO, 2014, p. 9-10).

Juntamente com o aumento da complexidade da gestão universitária, intensificou-se também a formalização do processo de internacionalização das IES. Gacel-Ávila (1999, p. 38), afirma que o “processo de internacionalização deve ser visto como uma abertura institucional para o exterior” e, por isso, deve ser parte das diretrizes e dos planos de desenvolvimento institucional, para que esse processo seja desenvolvido, de forma estratégica, e articulada aos objetivos da organização. Essa formalização e as oportunidades para os estudantes chegaram com a mesma motivação: econômica. O programa de mobilidade que ilustra esse cenário nos dias atuais é o “Programa Ciência sem Fronteiras”, instituído pelo Decreto-Lei n.º 7.642/2011. Spears (2014, p. 11), explica a principal motivação que levou o governo brasileiro ao lançar o programa. A emergência no âmbito da economia mundializada como participante do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) mobilizou o governo federal brasileiro a estabelecer um programa estatal de mobilidade acadêmica (Programa Ciência sem Fronteiras) de modo a fazer avançar o capital social do país (*general intellect*) e a infraestrutura em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) relacionadas à indústria (SPEARS, 2014, p. 11). A destinação de vagas apenas para as áreas supracitadas confirma isso. De acordo com Plano do Programa divulgado pela CAPES, a meta foi enviar 75.000 bolsistas para o exterior até o final de 2014, sendo que o programa começou oficialmente no segundo semestre de 2011. Até o mês de agosto de 2014, já tinham sido implementadas 70.188 bolsas de graduação e pós-graduação, sendo que 31.825 delas foram destinadas à área de “Engenharias e demais áreas tecnológicas”, 29% do total de estudantes (20.358) foram para os Estados Unidos, o que é um claro reflexo da Reforma Universitária e da tendência capitalista do cenário atual.

Na visão de Knight (2005), as razões de ser da internacionalização da educação são de naturezas diversas: políticas (estabelecimento de alianças estratégicas); econômicas (relacionadas a trocas comerciais e formação de renda); universitária (reforços diversos para as instituições educacionais) e sociocultural (compreensão mútua e desenvolvimento de ordem social e cultural). Essas razões contribuem para a compreensão de que o fenômeno da internacionalização não ocorre de maneira igual para todos os países e, muito menos, para as IES, considerando que cada uma delas possui sua dinâmica própria. Por isso, no mundo e no Brasil, a internacionalização vem acontecendo em meio a muitos desafios e tensões.

Lima e Maranhão (2009) classificam a internacionalização da educação em ativa e passiva. No primeiro caso, ela se manifesta no contexto daqueles países que investem em políticas de Estado destinadas a atrair e acolher estudantes, ofertando tantos serviços educacionais como exportando programas e instalando campi no exterior. Por sua vez, a internacionalização passiva materializa-se em países que não revelam políticas criteriosas para enviar estudantes para o exterior e que, além disso, possuem insuficientes recursos materiais e humanos para acolher e ofertar serviços educacionais. Dados divulgados pelo INEP (2017), no ano de 2016, mostram que o Brasil contava com um total de 2.407 IES, das quais 12,3% são públicas e 87,7% vinculadas ao setor privado. Esse conjunto de instituições contava com um total de 8.048.701 matrículas, das quais 75,3% em instituições privadas e 24,7% em estabelecimentos públicos. As instituições federais apresentavam 1.249.324 matrículas o que corresponde a 15,5% do número total, enquanto as estaduais contabilizavam 7,7% matrículas e as municipais tinham 1,5% de matrículas. Dados como esses atestam a tendência histórica verificada na educação superior brasileira de restrição ao espaço público e estímulo à iniciativa privada (SOUZA, 2017).

No que tange à nacionalidade dos estudantes de outros países matriculados nas IES brasileiras, em 2016. Na análise apresentada no censo da educação superior de 2016 o poder público reconhece que esse nível educacional brasileiro ainda lida com baixos índices de internacionalização, como é possível depreender da declaração a seguir: “Internacionalização da educação superior no Brasil é incipiente...” O Brasil conta com 15.803 estudantes estrangeiros em suas instituições de educação superior, de 174 (cento e setenta e quatro) diferentes nacionalidades, representando, entretanto, apenas 0,2% do total de matrículas (INEP, 2017, p.31). De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2016 (INEP, 2017), dentre as vinte maiores IES que possuem os maiores números de matrícula de estudantes estrangeiros, oito são públicas, destas, seis federais e duas estaduais e doze são vinculadas ao setor privado, sendo oito declaradas como sendo sem fins lucrativos e as outras quatro com fins lucrativos (SOUZA, 2017).

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Após décadas de intenso desenvolvimento, a internacionalização aumentou na sua abrangência, escala e valor. Planos estratégicos das universidades,

declarações da política nacional para o ensino, declarações internacionais e artigos acadêmicos indicam o papel central desempenhado pela internacionalização no mundo atual do ensino superior. Knight (2011, p. 62), trouxe à luz alguns conceitos envolvendo a internacionalização. Os mitos questionaram a ideia da internacionalização como substituta da qualidade, o papel desempenhado pelos estudantes estrangeiros enquanto agentes da internacionalização, os acordos institucionais e a certificação internacional como indicadores do nível de internacionalização e a internacionalização enquanto estratégia para atingir posições elevadas nos rankings. Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros (UNESCO, 2009, p. 4).

De acordo com Knight (2012), na discussão da internacionalização da educação é preciso se manter atento tanto aos benefícios quanto aos riscos e às consequências não intencionais desse processo. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas. Para Steger (2003), o movimento de internacionalização revela as necessidades de indivíduos que vivem em uma sociedade globalizada, que demanda trocas constantes de conhecimento, visando favorecer a inter-relação de culturas e pesquisas, essas trocas ultrapassam as fronteiras locais. Assim, a internacionalização tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada, existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor (KNIGHT, 2012, p. 64).

Nas últimas décadas, os programas de mobilidade vêm se fortalecendo e se destacando como uma das estratégias mais férteis para a cooperação acadêmica internacional. Todavia, ainda que dotados de grande relevância, esses programas constituem a parte mais visível da internacionalização, pois, na verdade, existem várias outras possibilidades. Isto porque as políticas estatais e institucionais “promovem a internacionalização diversificando e fortalecendo a base tecnológica e científica de desenvolvimento sustentável enquanto se preservam interesses nacionais e incentivos para programar redes até a excelência na investigação tecnológica e científica” (LAUS e MOROSINI, 2006, p. 148). A partir dessa compreensão, foram observadas evidências do crescimento do mercado educacional e da desvirtuação do sistema ao mesmo tempo em que se buscava compreender e aplicar a função social do ensino.

A internacionalização reconhece e se vale das prioridades, políticas e práticas nacionais e regionais. A atenção dedicada agora à dimensão internacional do ensino superior não deveria se sobrepôr à importância do contexto local nem erodi-la. Assim, a internacionalização tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada,

existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor.

Embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas não intencionais envolvidas. A fuga de cérebros decorrente da mobilidade acadêmica internacional é um exemplo de efeito adverso. O atual conceito de circulação de cérebros não reconhece a ameaça da mobilidade acadêmica nem a grande disputa por cérebros provenientes dos países situados no extremo inferior da cadeia intelectual. Além disso, a busca pela qualificação internacional está levando à recorrente emissão de títulos fraudulentos oferecidos por fábricas de diplomas, à multiplicidade de credenciais associadas a programas de dupla titulação e à ascensão de indústrias de certificação que aprovam operações questionáveis. Em alguns países, tem-se também uma excessiva dependência em relação à renda proveniente das taxas pagas por estudantes internacionais, algo que leva à precarização dos critérios acadêmicos e à ascensão dos "programas de ensino das fábricas de vistos". A crescente comercialização dos programas de certificação e diplomação dupla entre diferentes países e seu tratamento como commodity estão ameaçando a qualidade e a relevância do ensino superior em determinadas regiões do mundo. Estudos recentes mostram que os líderes de ensino superior ainda acreditam que os benefícios da internacionalização superam os riscos. Entretanto, é imperativo manter a atenção concentrada nos diferentes impactos da internacionalização, tanto positivos quanto negativos.

A internacionalização é um meio para se atingir um objetivo, e não uma finalidade em si mesma. Trata-se de um truísmo frequentemente mal interpretado que pode levar a um entendimento enviesado daquilo que a internacionalização pode ou não pode fazer. O sufixo "ização" significa que a internacionalização é um processo ou um meio de aprimorar ou atingir metas. A internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes por meio das melhorias no ensino e no aprendizado, da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais. O objetivo não é um currículo mais internacionalizado nem um aumento na mobilidade acadêmica por si mesma. Em vez disso, o objetivo é garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado. A compreensão da internacionalização como um meio para se atingir um fim e não como um fim em si garante que a dimensão internacional seja integrada de maneira sustentável às principais funções do ensino e do aprendizado no ensino superior, da pesquisa e da produção do conhecimento, melhor servindo à comunidade e à sociedade.

A globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. A diferença entre o conceito de fluxo mundial e a noção dos relacionamentos entre as nações é ao mesmo tempo notável e profunda. A internacionalização do ensino superior recebeu da globalização influências positivas

e negativas, e embora os dois processos sejam fundamentalmente diferentes, há entre eles um elo de grande proximidade. A pauta de competitividade e comércio, por exemplo, frequentemente associada à globalização, teve um grande impacto no desenvolvimento do ensino transfronteiras. Por sua vez, o crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização. Os princípios fundamentais que orientam a internacionalização sempre representam objetivos distintos para diferentes pessoas, instituições e países. Ainda assim, prevê-se que a internacionalização teria evoluído a partir de algo que foi tradicionalmente visto como um processo, com base em valores de cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade. Agora, a internacionalização é cada vez mais caracterizada pela concorrência, pelo mercantilismo, pelo interesse individual e pela construção de status. É necessário dedicar mais atenção à descoberta das verdades e valores subjacentes à internacionalização do ensino superior.

Para Harrari (1989), é necessário ter uma política de internacionalização institucional como parte integrante do desenvolvimento estratégico da instituição. Gacel-Ávila (2003), afirma que cabe às autoridades educativas exercer a condução e a liderança do processo de mudança ou adaptação institucional. Diversos trabalhos têm sido publicados discutindo esse tema a partir de diversas perspectivas. Borges e Aquino (2013) trataram dos efeitos da globalização e conseqüentemente do capital externo na educação superior brasileira. Abba (2015), por sua vez, fez uma análise comparativa dos departamentos de relações internacionais de universidades argentinas, observando questões como planejamento estratégico, gestão de programas e projetos, entre outros. Afunilando a abordagem dos trabalhos, tem-se o trabalho de Laus (2011), que discorreu sobre o processo histórico de internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para Rudzki (1998), internacionalização das universidades é um processo de mudanças que envolvem a análise curricular, a capacitação do corpo acadêmico e da equipe administrativa e o desenvolvimento da mobilidade acadêmica como uma forma de conseguir excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades acadêmicas. Laus (2012, p. 28) amplia mais esse conceito e afirma que:

A internacionalização de uma universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão (LAUS, 2012, p. 28).

Para melhor observar esses reflexos, o *International Association of Universities* (IAU) desenvolveu em 2017 uma pesquisa que consultou 1.336 instituições em 131 países. O relatório apresenta a maior e mais geograficamente abrangente coleta de dados primários sobre internacionalização da educação superior disponível hoje. Destacam-se alguns pontos dessa pesquisa:

- A. Mais de metade das instituições pesquisadas possuem uma política e/ou estratégia de internacionalização;
- B. Mobilidade estudantil e colaboração para pesquisa internacional são as maiores prioridades das instituições;
- C. Conhecimentos dos estudantes acerca de assuntos internacionais é o benefício mais significativo que se espera da internacionalização;
- D. O fato de oportunidades internacionais serem disponíveis apenas para estudantes que possuam recursos financeiros foi considerado o maior risco potencial da internacionalização para as instituições, enquanto o maior risco social é a mercantilização/comercialização da educação;
- E. Na maioria das regiões, o foco geográfico das universidades é sua própria região. A Europa também é um foco para a maior parte dos respondentes;
- F. Recursos limitados é o maior obstáculo interno e externo, o que também foi constatado nas duas últimas pesquisas;
- G. Os respondentes relatam que buscam promover valores de igualdade e partilha dos benefícios por meio das estratégias e atividades de internacionalização. Os pontos “a”, “d”, “f” e “g” podem ser observados na realidade brasileira. Contudo, o quinto tópico não corresponde ao contexto nacional, uma vez que as instituições brasileiras buscam universidades de excelência para assinar convênios e estes institutos estão localizados em outros continentes, situados principalmente no hemisfério norte. O mesmo ocorre com o segundo e terceiro pontos, mostrando que o Brasil ainda tem muito para evoluir no quesito internacionalização para acompanhar o cenário das principais universidades do mundo.

Borges e Aquino (2013, p. 31), explicam que há uma perda do propósito oficial da internacionalização, uma vez que ocorre “uma adaptação às novas formas sociais de produção e reprodução do sistema capitalista, partindo do pressuposto de que quem é hegemônico concebe a política econômica internacional de modo a poder sustentar seus próprios interesses e ideologias”. Isso “implica na diminuição de barreiras para o ‘livre comércio’, num caminho que pode levar à perda da autonomia universitária e da diversidade cultural”. Outras implicações culturais podem ser observadas ao se refletir acerca da mobilidade *in*. Não se tem o hábito de praticar de forma periódica a comunicação oral e escrita em língua estrangeira nas universidades brasileiras, além de haver uma incapacidade dos órgãos de relações internacionais terem uma postura proativa em assessorar as IES, gerando demandas reprimidas de ensino/pesquisa, muitas vezes por desconhecimento e falta de informação, que uma assessoria internacional poderia facilitar e promover de modo integrado. Isso prejudica o desenvolvimento de uma atuação ativa de internacionalização, que pode lesar a imagem da instituição e afetar futuras parcerias, além de comprometer o aproveitamento potencial dessas experiências.

Esse contexto também contempla questões financeiras ao considerar a escassez de recursos para viabilizar e manter esse processo, questão ainda mais latente em tempos de crise político-econômica. Além disso, verificam-se as limitações

tecnológicas para compartilhar conhecimento e negociar parcerias. Essas limitações levam à vulnerabilidade das instituições de ensino ao capital internacional, uma vez que elas possuem poucas opções de captação de recursos para driblar esses obstáculos. Essa vulnerabilidade pode enviesar o conhecimento transmitido, limitar e/ou direcionar as áreas de investigação dos pesquisadores, descaracterizar a atuação local da instituição, desprivilegiar campos do conhecimento que não trazem retorno financeiro direto a investidores, entre outras consequências.

Entende-se que o contato direto com outras culturas e pontos de vista é enriquecedor pessoal e profissionalmente, não só para aqueles que tiveram a oportunidade de participar de mobilidade, mas também para o ambiente acadêmico de forma geral. Algumas das conquistas desse fenômeno são aquisição de proficiência em uma língua estrangeira, surgimento de novas ideias e perspectivas como resultado do contato com métodos diferentes de ensino e pesquisa, desenvolvimento de habilidades interpessoais, experiências pessoais e acadêmicas adquiridas, aumento da tolerância na convivência entre as pessoas, obtenção de financiamentos devido ao aumento da visibilidade da instituição e conquista do respeito de outras instituições. Negativamente, é possível observar que os intercâmbios como são feitos atualmente atenuam as desigualdades existentes no meio acadêmico. Ao selecionar estudantes que já possuem a proficiência na língua e bons resultados em seus históricos escolares, o sistema apenas incrementa os conhecimentos que poucos já possuem. Além disso, verificou-se que a prática do fomento de fechamento de parcerias nas áreas do conhecimento que trazem retorno monetário, excluindo alguns campos de estudo e gerando um obstáculo para o enriquecimento de pesquisas nos mesmos.

Além dessas implicações, discutir previsões é importante para guiar os planejamentos e as discussões acerca do assunto de forma solidamente embasada, com condições reais de se trazer resultados positivos. Em 2003, Porto e Régner lançaram o livro “O Ensino Superior no Mundo e no Brasil Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória” como um mapeamento do futuro do ensino superior no Brasil e no mundo, baseado no passado e nas mudanças que vêm ocorrendo com o tempo.

A cooperação é a ideia principal do Cenário 1 - Encontro entre os Povos: Educação como um Bem Público em um Contexto de Ampla Internacionalização. Assim, após várias turbulências e diversos conflitos que marcaram o século passado, organismos internacionais ganham força e as esferas política, econômica e social colaboram para as relações internacionais no meio educacional, tanto que levam ao estímulo dos estudos na área das ciências humanas (incluindo pesquisas puramente culturais sobre pequenos grupos) mesmo que elas não tragam resultados aplicados diretamente no setor produtivo e à reformulação do ensino a distância. Vale salientar que os padrões de qualidade devem ser cada vez mais observados para que o processo de validação de diplomas seja feito com mais facilidade. Com relação à internacionalização em si, observa-se a assinatura de “parcerias internacionais para a expansão do sistema de ensino superior nos países em desenvolvimento” (p. 47) e a “criação de um fundo internacional de financiamento da educação superior” (p. 48).

“O mundo é uma grande cadeia de produção onde cada um busca se integrar da melhor forma” (p. 49); assim se resume o Cenário 2 - Homogeneização das culturas: Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização. Internet, concorrência, evolução do sistema financeiro, fluxos de capital e bolsões de pobreza não deixam de influenciar o sistema educacional e fazer com que a educação se torne uma resposta para as necessidades empresariais, tirando o espaço das artes e das ciências humanas. Em suma, “a educação cresce em importância e continua sendo a principal força motriz da inovação e competitividade dos países” (p. 50), o que leva a um aumento nos investimentos em educação e nos lucros de grandes corporações educacionais, à elaboração de rankings globais baseados nos padrões de qualidade definidos e à perda do patrimônio cultural de comunidades devido à padronização do ensino.

O Cenário 3 - Manutenção das Diferenças: Educação como um Bem Público em um Contexto de Internacionalização Limitada - se baseia na ideia de que “o mundo é dividido em grandes impérios” (p. 60) devido à estagnação da globalização e da concentração do poder e da capacidade produtiva nos países centrais. Com isso, perde-se a esperança de um sistema econômico mais justo e equilibrado, principalmente depois da volta do protecionismo e do enfraquecimento dos organismos internacionais que atuavam no mercado. Isso tudo leva a consequências diversas, como o agravamento de problemas sociais, estagnação das economias emergentes, falta de cooperação e aumento das diferenças de modo geral. Quanto ao ensino superior, ele se vê ainda mais influenciado pela economia, o que é percebido nas integrações entre blocos regionais (principalmente por meio dos intercâmbios acadêmicos) e negociações de reconhecimento de diploma. Por outro lado, o protecionismo pode ser notado na preservação de heranças culturais, nas restrições nas relações com universidades no exterior e na busca pelo desenvolvimento local. De forma geral, esse cenário ilustra um grande desenvolvimento do ensino superior, contando com a UNESCO, com os governos e com fundos de fomento, o que gera crescimento da oferta em instituições públicas, auxílio do governo para financiamento dos estudos em faculdades particulares, avaliação da qualidade e da empregabilidade dos cursos, aumento da oferta de cursos à distância e aprimoramento do uso de tecnologias no processo ensino-aprendizagem.

Por fim, o Cenário 4 - Aumento do fosso entre Norte e Sul: Educação como Mercadoria em um Contexto de Internacionalização Limitada está num contexto de hiperconcorrência mundial, que conta com uma OMC enfraquecida, um “comércio internacional turbulento e instável” (p. 56), uma globalização em retrocesso, pouca cooperação e “reduzido crescimento econômico mundial e crises de liquidez” (p. 57). Respostas a esse cenário se mostram falhas, imediatistas e instáveis, levando a conflitos étnicos, piora nas condições de emprego, “crescimento da violência e contravenção” e, apesar de tudo, “pouca mobilidade social” (p. 57). No quesito educacional, notam-se a falta de limites na busca por dinheiro, a redução dos fluxos de intercâmbio, a queda na qualidade do ensino em países em desenvolvimento, diferenças crescentes entre universidades, esvaziamento da Unesco, concorrência

acirrada, crises e falências em várias instituições e pouco auxílio para os grupos sociais em desvantagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar essas tendências à luz das discussões deste artigo, observa-se que o Brasil se encaixa no segundo cenário Homogeneização das Culturas Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização, pois está passando por um fenômeno de ampla internacionalização, motivada por interesses econômicos, cujos resultados para o Brasil são negativos. Ao analisar essas tendências à luz das discussões deste artigo, observa-se que o Brasil se encaixa no segundo cenário Homogeneização das Culturas Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização, pois está passando por um fenômeno de ampla internacionalização, motivada por interesses econômicos.

A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Assim sendo, trata-se de um processo de mudança adaptado para atender necessidades e interesses individuais de cada instituição. Conseqüentemente, não existe um modelo "genérico" para a internacionalização. A adoção de um conjunto de objetivos e estratégias que estejam "na moda" ou que tragam uma "marca conhecida" nega o princípio segundo o qual cada programa, instituição ou país precisa determinar sua abordagem individual para a internacionalização com base na articulação coerente de seus próprios objetivos e dos resultados esperados.

REFERÊNCIAS

ABBA, Maria Julieta. Las oficinas de relaciones internacionales en el proceso de internacionalización de la educación superior. Un análisis a través de variables de gestión. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 4, p. 20-37, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p20>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAÚÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Paris: UNESCO, 2008. Série Documentos Ocasionais do Fórum da UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/13442_2_por.pdf>. Acesso em 20 jul. 2016.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização**-período 1994-2003. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BERTOLIN, J. C. G. Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 471-490, set.-dez. 2011.

BORGES, Vanessa Maria de Oliveira; AQUINO, Edson Tomaz de. Ensino superior à ordem do capital internacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 2, p. 22-32, abr. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2013v6n2p22/24565>> Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Capítulo III, artigos 205 a 2014**, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-norma-pe.html>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-norma-pe.html>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Portaria nº 11, de 28 de abril de 2003a. Institui a Comissão Especial de Avaliação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 30 abr. 2003. n. 82, Seção 2, p. 19.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 19, de 17 de maio de 2003b. Designa membros para Comissão Especial de Avaliação. **Diário Oficial [da] BRASIL**. República Federativa do Brasil, Brasília, 28 maio 2003, n. 101, Seção 2, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino superior no mundo e no Brasil: Tendências e cenários 2003-2025**. 2003c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa do MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 set. 2008, n. 173, Seção 1, p. 13.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 fev. 2014, seção 1, p. 5.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 1.383, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**. Disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril. *Sinaes*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil tendenciescenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAPES. **Internacionalização Do Ensino Superior Precisa Avançar, Sugere Estudo Da CAPES**. Publicado: Sexta, 03 Novembro 2017 11 44. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8621-internacionalizacao-do-ensino-superior-precisa-avancar-sugere-estudo-da-capes>. *Brasília – CCS/CAPES*. Acessado em: 20 de agosto de 2018.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. 131 p.

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

CUNHA, M. I. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): a autoavaliação como condição emancipatória. In: CUNHA, M. I. (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 201-214.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

FAUBAI. **Sobre a FAUBAI**. s.d. Disponível em: <<http://faubai.org.br/pt-br/sobre-a-faubai>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe**: reflexiones y lineamientos. Guadalajara: Organisation Universitaire Interamericaine y La Association Mexicana para la Educacion Internacional, 1999. 210 p.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La Internacionalización de la educación superior**: paradigma para la ciudadanía global. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003. 390 p.

HAN, Shuangmiao; ZHONG, Zhou. Strategy maps in university management: A comparative study. **Educational Management Administration & Leadership**, v. 43, n. 6, p. 939-953, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1741143214552860#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 30 set. 2016.

HARRARI, Maurice. **Report #1, internacionalization of higher education**: effecting institutional change in the curriculum and campus. Long Beach: Center for International Education, California State University, 1989. 32 p.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES. Building a Worldwide Higher Education Community. International Handbook of Universities, 2018. Disponível em: <https://www.iau-aiu.net/International-Handbook-of-Universities-58>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . **SINAES**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, 5. ed., ampliada. Brasília: INEP, 2009.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação de Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Nota Técnica nº 14 /2014**. Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . **Censo da educação superior 2016**. Divulgação 31 ago. 2017. Disponível

em:

<http://inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em 14 out. 2017.

KNIGHT, J. Updated internationalization definition. **International Higher Education**. Boston, 2003. v. 33.

KNIGHT, J. Un modelo de interacción: respuesta a nuevas realidades y retos. In: WIT, Hans de et al. (Ed.). **Educación Superior en América Latina**: la dimensión internacional. Colômbia: Mayol, 2005. p. 11-42.

KNIGHT, J. Cinco verdades sobre internacionalização. **International Higher Education**. Center for International Higher Education, n. 69, out. 2012. Edição brasileira (Revista Ensino Superior Unicamp) publicada mediante acordo de cooperação entre Unicamp e Boston College.

KNIGHT, Jane. **Five myths about internationalisations international Higher Education**. Boston College. Center for International Higher Education, issue, 67, 23 de fevereiro de 2011. professora adjunta do Ontario Institute for Studies in Education, Universidade de Toronto, Canadá. E-mail: jane.knight@utoronto.ca

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internacionalización de la Educación Superior en Brasil. In: DE WIT, H.; JARAMILLO, J. G-A; KNIGHT, J. (Ed.). **Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional**. Bogota: Banco Mundial, 2006.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior**: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2012.

LAUS, Sonia Pereira. As contingências históricas e o ensaio precoce do que se consolidaria como o processo de internacionalização da UFSC. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 4, n. 4, p. 208-226, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4nespp208>>. Acesso em: 30 set. 2016.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Sorocaba, v.14, n.3, p. 583-610, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v.17, n.3, p. 4-6, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001>. Acesso em: 15 set. 2016.

MENDONÇA, Tânia Regina Broeitti. Brasil: O Ensino Superior às primeiras universidades Colônia-Império-Primeira República. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005, Cascavel. **Anais do...** Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005.

MIURA, Irene Kazumi. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento. 2006. **Tese (Livre Docência)**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface**. Fundação UNIBotucatu, UNESP, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001.

OCDE. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico**. Trad. More Than Just Words; rev. Sophie Arnaut. - [S.l.] F-Iniciativas, imp. 2008 (Assafarge: Gráfica de Coimbra). p. 319-323

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional externa no Sinaes: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2011.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, tendências e cenários para o Horizonte 2003-2025**. MEC/INEP. Dez. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Os Desafios Contemporâneos da Gestão Universitária: Discursos Politicamente Construídos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4, 2014. **Comunicações orais**. Cidade do Porto: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, 2014. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/RaimundaMariadaCunhaRibeiro_GT2_integral.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 279 p.

RUDZKI, Romuald Edward John. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice**. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia). Escola de Educação, University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

SAMPAIO, Rosely Moraes; LANIADO, Ruthy Nadia. Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. **Revista de Administração Pública – RAP**, v.43, n.1, p. 151-174, 2009. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000100008>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, 9, 2009, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2011. p.1-17.

SANTOS, Gildenir Carolino; PASSOS, Rosemary (Colab.). **Percorso científico: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012. 157 p., il. (Manuais técnicos BFE, n.7). ISBN 9788564830073. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=49038&opt=4>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 303 p.

SINAES. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: banco de dados. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

SOUSA, J. V. Qualidade na educação superior: lugar e sentido na relação público-privado. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 242-256, maio-ago. 2009.

SOUZA, José Vieira de. **Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando?** Educação revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 343-354, set.-dez. 2017.

SPEARS, Eric. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 151-163, 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1005/311>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

STEGER, M. B. **A globalização: compreender**. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Edições Quasi, 2003.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Reforma Universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília, Unesco, nov. 2003. p. 78. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139968por.pdf>>. Acesso em: 12. out 2008.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 jul. 2001.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 2009. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 jul. 2016.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.